

KASPAR HAUSER OU A FABRICAÇÃO DA TEORIA

Marcelo DASCAL (Tel Aviv University e Universidade Estadual de Campinas)

ABSTRACT: In a recent book, Isidoro Blickstein has attempted to reanalyze the well-known case of Kaspar Hauser - the young man found in 'savage' condition, and later brought to and cared for in Nuremberg, where he died in mysterious circumstances. His main thesis is that this case shows that the acquisition of language (which Kaspar Hauser somewhat achieved in Nuremberg) is neither a necessary nor a sufficient condition for the development of other cognitive abilities (in which Kaspar Hauser remained deficient). In particular, it is argued that, in spite of acquiring language, K. H.'s 'decodification of the world's meaning' (including his perceptual system and mental structures) remained aberrant. The conclusion is that both, such cognitive abilities and language, are conditioned by 'praxis', which generates the required 'social spectacles' through which reality is 'manufactured', thereby acquiring 'meaning'. It was the lack of praxis, rather than the lack of language - in the first place - that determined, therefore, K.H.'s permanent impairment and inability to cope with the new world he was exposed to.

The thesis is appealing in itself, and it is not directly questioned here; what is questioned is the claim that K.H.'s case provides support for such a thesis. This is done on both methodological and substantive grounds. In particular, it is shown that, due to the lack of evidence concerning this case, one cannot say with any degree of precision what precisely the phrase 'K.H. acquired language' refers to, nor, for that matter, in what consisted his

alleged cognitive deficit. Thus, rather than establishing a particular position on the issue of the relationship between language and thought, this analysis of K.H.'s case is only a further suggestive speculation about the possible nature of such a relationship.

Quem quer que comece a refletir seriamente sobre a questão das relações entre cognição, língua e realidade, não pode deixar de, em algum momento, dar de encontro com um certo número de 'casos', reais ou imaginários, que parecem deter a chave do mistério. Meninos-lobo, crianças selvagens, Hellen Keller, afásicos de vários tipos, e também Kaspar Hauser. O que têm de comum tais casos não é sua aparente anormalidade, mas sim o fato de apresentarem, à primeira vista pelo menos, uma dissociação praticamente total entre as funções cognitivas (incluindo a percepção) e a posse da linguagem. Tal dissociação permitiria observar as funções cognitivas em seu estado 'puro', isto é, ainda não contaminado pelas categorias lingüísticas. A questão das relações entre cognição e linguagem parece então ser facilmente resolvida à luz de tais casos: se as funções cognitivas em tais indivíduos desenvolvem-se normalmente (uma vez superadas as deficiências óbvias devidas ao isolamento social ou à privação sensorial), apesar da ausência da linguagem, é sinal de que tais funções não dependem de forma essencial desta última; se não, é sinal de que a linguagem é essencial para a própria cognição. Os casos em questão assumem assim papel semelhante ao dos 'experimentos cruciais' nas ciências, isto é, aqueles experimentos cujos resultados parecem determinar de forma inequívoca qual de duas teorias concorrentes (que antecipam resultados diferentes para o experimento) é 'correta'.

O fascínio com casos desse tipo é, portanto, ple

namente justificado. Infelizmente, porém, seu valor tende a ser exagerado. Longe de terem o papel decisivo de 'experimentos cruciais' (mesmo em física é questionável a existência de experimentos com tais características), e até mesmo de oferecerem a oportunidade de testar diversas teorias, são antes ensejos para a especulação teórica, pontos de partida para a fabricação de novas/velhas hipóteses sobre as relações entre pensamento, linguagem e realidade. Neste sentido, a *démarche* de Izidoro Blickstein em seu recente *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade* (1983) é digna de aplauso. Ele toma o caso Kaspar Hauser, tal qual é reconstituído no filme de Werner Herzog *Jeder für sich und Gott gegen allen* (traduzido por *O Enigma de Kaspar Hauser*), como ponto de partida para uma reflexão sobre as questões acima mencionadas, reflexão essa que, começando por uma crítica de certas concepções tradicionais, desemboca em uma proposta teórica interessante, em que o papel da 'praxis' como fundadora tanto do signo (lingüístico) como da cognição e da própria 'realidade' é ressaltado. Procedendo dessa maneira, Blickstein está, com efeito, seguindo à risca a sugestão de Adam Schaff por ele citada (p. 55):

"Que fabulosas possibilidades teóricas oferecemos, por exemplo, o estudo das crianças chamadas 'selvagens'?... O desenvolvimento natural da linguagem falada, a influência da ausência da fala na percepção da realidade, na orientação do mundo e no pensamento, etc. - eis apenas uma enumeração parcial dos problemas que poderiam ser particularmente iluminados pelo estudo do desenvolvimento dessas crianças" (grifo meu).

Acontece porém que tanto Blickstein como Schaff - este último de forma um pouco mais cautelosa - parecem pensar que tais casos oferecem provas ou testes conclusivos a favor de sua posição teórica.

E nisso já não posso concordar nem com um nem com o outro, por razões que exporei a seguir.

Vejam^{os} primeiro qual a conclusão teórica que tira Blickstein - seguindo de perto a Schaff - do caso Kaspar Hauser. Segundo ele,

"... apesar da aquisição da linguagem, Kaspar Hauser decodifica de modo sempre aberrante a significação do mundo. A permanência do déficit cognitivo de Kaspar Hauser seria um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis" (p.55).

Ou seja, "o sistema perceptual, as estruturas mentais e a própria linguagem são tributários da práxis" (ibid.). Ao contrário dos que, como Whorf, pensavam que a existência ou ausência de certas categorias linguísticas seria fator determinante da 'visão do mundo' dos falantes nativos de uma língua (p. ex., a existência, entre os esquimós, de um léxico extremamente desenvolvido para designar os diferentes tipos de neve determinaria a sua capacidade de distinguir perceptualmente tais tipos de neve), Blickstein nos diz que na verdade tanto a existência ou ausência de tais categorias como a percepção da realidade que lhes corresponde provêm-ambas-de um fator mais profundo, a saber, a 'práxis social'. No caso dos esquimós, isso equivale a dizer, nos termos de Schaff, que "para os membros dessa comunidade, tal distinção de espécies e de modalidades de neve seria uma questão de vida ou morte" (p.57). Daí se seguiria que nem a linguagem determina a percepção nem vice-versa, mas sim que ambas estariam indissolivelmente ligadas à práxis social, que é indelével e vital para a existência de qualquer comunidade" (p. 58). Segundo Blickstein, a práxis social gera 'corredores isotópicos' e 'estereótipos' a um nível de semiose não-verbal ou pré-verbal, que funcionam como 'óculos sociais' através dos quais se vê a

realidade. O problema de Kaspar Hauser, ao chegar a Nurembergue, é que não dispõe de tais 'óculos sociais' através dos quais a realidade é 'fabricada' (p. 76). Sua percepção direta da realidade o faz "ver o mundo como um amálgama de manchas" (p. 77). Ao impor-lhe a linguagem, a sociedade de Nurembergue pretende curto-circuitar o processo de 'fabricação da realidade', substituindo a lenta elaboração do 'olhar social' através da práxis, por um 'olhar lingüístico' (p. 79). Seria a insuficiência inerente a tal sucedâneo de aprendizado que levaria à persistência do 'déficit cognitivo' em Kaspar Hauser e, ultimamente, a seu fim trágico. Kaspar Hauser seria, portanto, uma espécie de redução ao absurdo da tese de que a linguagem determina a cognição. Seu caso revelaria também o processo secundário que tende a dar certa plausibilidade a tal tese:

"a impossibilidade de capturar a semiose não-verbal, que se desencadeia na dimensão oculta entre a práxis e o referente, compele o indivíduo a recorrer ao sistema verbal para materializar e compreender a significação escondida. Assim, a língua passa a atuar sobre a práxis, os corredores isotópicos e os estereótipos perceptuais... Agindo sobre a práxis, a língua também pode modelar o referente e 'fabricar' a realidade" (pp. 79-80).

Isto porém só é possível sobre um fundo dado de semiose não-verbal, cuja ausência em Kaspar Hauser impediria o desenvolvimento dessa função modelante ou interpretante da língua.

Não há dúvida de que nos encontramos diante de uma 'fabricação' teórica engenhosa, com a qual tenderíamos inclusive a estar de acordo, não fosse a imprecisão de alguns de seus conceitos-chave, que a torna passível de cair num funcionalismo dogmático. Tomemos, por exemplo, a tese de que

é a práxis social que determina tanto a linguagem quanto as categorias cognitivas. Em sua primeira parte, seria ela algo mais do que a velha idéia de Locke (e de muitos outros), segundo a qual a linguagem é fruto da necessidade social, e portanto que sua função básica é social, isto é, comunicativa? Locke contentou-se com tal afirmação genérica, e não procurou explicar cada aspecto da linguagem por sua suposta função social. É isso, porém, o que fazem os funcionalistas como Malinowski, por exemplo, cuja atitude a esse respeito convém mencionar, pois faz lembrar o que nos diz Blickstein:

"Language in its structure mirrors the real categories derived from *practical* attitudes of the child and of primitive or natural man to the surrounding world. The grammatical categories with all their peculiarities, exceptions, and refractory insubordination to rule, are the reflection of the makeshift, unsystematic, *practical* outlook imposed by man's struggle for existence in the widest sense of this word" (Malinowski 1969: 327-8; grifos meus).

Para Malinowski, Uma descrição não só das categorias gramaticais, mas também da semântica de uma língua, que não faça referência direta ao seu "survival value" social é incompleta e inadequada. É um eco dessa exigência que parece-me emanar da afirmação de Blickstein de que "uma descrição semântica que se pretendesse exaustiva e suficiente deveria abranger os elementos da práxis que modelam a percepção/cognição e geram a significação do mundo" (p. 59). Por razões expostas em outro trabalho (Dascal (1973:9-20), acredito que um funcionalismo totalizante desse tipo leva a um beco sem saída, tanto em semântica (veja-se, por exemplo, o impasse a que chegou Bloomfield, ao procurar equacionar o significado com o conjunto dos fatores que afetam o

comportamento), como nas demais áreas da teoria da linguagem, e deve portanto ser abandonado. Mas se não se trata nem da simples afirmação genérica de Locke, nem do funcionalismo extremo, qual o valor exato da tese da 'determinação' da linguagem pela práxis?

Que há um aprendizado social da linguagem nem mesmo os inatistas mais inveterados o negam. Tampouco seria sensato negar que há manipulação social da linguagem, transformando-a em veículo ideológico, instrumento de poder, etc. Pareceria porém que Blickstein está nos querendo dizer algo mais do que isso, e esse algo mais, não ficando claramente definido, corre o sério risco de ser interpretado como uma forma de funcionalismo.

Independentemente de seus méritos intrínsecos, a *démarche* de Blickstein apresenta também certos problemas de ordem metodológica que merecem ser discutidos. Trata-se de saber em que medida a teoria por ele fabricada é, senão justificada, pelo menos tornada plausível pelo caso Kaspar Hauser, e em que medida oferece uma explicação razoável desse caso.

Blickstein emprega termos categóricos ao descrever o que se pode deduzir dos dados disponíveis no referido caso. Diz ele, por exemplo, que "podemos *verificar* na sua experiência ... que, a despeito da ação da linguagem (adquirida na fase adulta) ou de uma eventual organização mental inata, Kaspar Hauser não consegue captar o mundo como o faz a sociedade que o cerca" (p. 53, grifo meu). Ou ainda, que "fica *evidente*...que o seu sistema perceptual está desaparelhado de uma prática social" (ibid., grifo meu). A única evidência que apresenta, porém, para esse 'evidente' desaparelhamento é o comportamento estranho de Kaspar Hauser face a certos objetos e situações. Como provar, porém, que se trata de uma deficiência *perceptual* e não de outra natureza? Da mesma forma que é notoriamente difícil testar a hipótese de Whorf porque não dispomos de meios para isolar com

pletamente fenômenos cognitivos (p. ex. ao nível da percepção) de outros fatores (p. ex. de uma influência subreptícia da linguagem), pouco ou nada podemos saber a respeito do mundo perceptual de Kaspar Hauser pela simples observação de seu comportamento bizarro. Paul Kay - um dos investigadores mais conhecidos das diferenças existentes entre as línguas em seu tratamento das cores - relatou (em Campinas, 1982) um experimento em que uma variação extremamente sutil da técnica empregada transformava os resultados de favoráveis a contrários à hipótese de que a existência ou ausência de fronteiras terminológicas entre duas cores influi sobre a capacidade dos falantes nativos de distinguir com precisão tais cores. Se experimentos como esse, conduzidos com o maior cuidado em condições controladas, verificam-se inconclusivos, o que dizer de observações fragmentárias e ocasionais de um caso pobremente documentado como o de Kaspar Hauser?

Blickstein salienta - com razão - a importância de uma semiose não-verbal, especialmente visual, como fator constitutivo da "significação do mundo". Entretanto, em sua ânsia de lutar simultaneamente em várias frentes (contra o papel da linguagem, contra o inatismo, e a favor da práxis), não formula com o devido cuidado o alcance e a natureza desse fator. Assim, diz ele, por exemplo, que "antes da socialização ... Kaspar Hauser via o mundo como uma amálgama de manchas (sem os estereótipos da percepção)" (p. 77). Ora, é fato conhecido que dispomos de um sistema de organização dos dados visuais que permite, desde os primeiros estágios da vida, a detecção não só de 'objetos', mas também de sua constância apesar da variação de pontos de vista a partir dos quais são observados, assim como a interpretação de percepções sucessivas como sendo 'deslocamentos' do objeto, etc. Tudo indica que tal sistema é em grande parte inato ou pelo menos amadurece nos primeiros meses de vida, sem qualquer interferência significativa da 'sociali

zação' (Veja-se, por exemplo, Hewes (1978) e Marr (1984); Chomsky (1984) serve-se dos dados acima mencionados para defender a tese da 'modularidade' dos sistemas cognitivos, apresentando o sistema da visão como um desses módulos). Ora, porque negar tudo isso a Kaspar Hauser, e insistir em que o rapaz via apenas manchas antes da socialização?

Segundo Blickstein, a semiose pré-verbal ou para-verbal "pode conduzir à elaboração de um 'pensamento visual', independente de estruturas linguísticas" (p. 67). Ele aponta algumas características distintivas de tal 'pensamento', como por exemplo a sua não-linearidade, mas novamente, na ânsia de deduzir de sua suposta existência a tese de que "nem toda cognição seria governada pela linguagem" (p. 68), pouco faz para esclarecer a natureza e a porta desse 'pensamento visual', assim como para provar sua independência da linguagem. Em que medida efetivamente pode-se dizer que se trata de uma forma de 'pensamento'? Que tipos de operações cognitivas são efetuadas e/ou possibilitadas por tal sistema visual sem a interferência ou cooperação de outros sistemas simbólicos? Aquilo que chamamos de 'visual' e que pensamos ser codificado em nossas mentes como 'imagens pictóricas' não seria na verdade *também* codificado digitalmente, talvez mesmo em termos de 'proposições'? São todas questões relevantes para a tese de Blickstein, questões que vêm sendo discutidas intensamente em psicologia, inteligência artificial, e filosofia da mente (veja-se por exemplo a excelente antologia de Block (1981)), e cuja consideração no contexto da fabricação teórica ensejada pelo caso Kaspar Hauser poderia levar a um produto mais preciso.

Parece-me extremamente importante resgatar do esquecimento o papel cognitivo de sistemas não-verbais, mas, para isso, além de precisar a natureza de tal papel, é preciso não tentar minimizar em demasia o papel da própria linguagem. Assim, não discordo de Blickstein quando, mencionando o *Vigiar e*

Punir, de Foucault, salienta o papel do olhar como instrumento de dominação dos corpos, e indica que "não é por códigos verbais que o universo adulto começa a dominar o infantil; a repressão já é exercida na dimensão visual, uma vez que o referente a adulto é percebido pela criança através de um estereótipo gerado no entroncamento dos corredores verticalidade/ superatividade/ potência: para a criança, tem poder quem é alto e ereto" (p. 74). Mas, ao ler essas linhas, penso imediatamente em outro filme, *Os Santos Inocentes*, de Camus, em que há uma cena fundamental onde a "significação" plena da dominação é veiculada para a criança precisamente no momento em que se lhe torna patente o fato de a linguagem ser, por um lado, arbitrária, e por outro, regida por 'leis' determinadas por 'autoridades superiores', que não lhe cabe modificar e nem sequer compreender, mas apenas aprender e cumprir. Trata-se da cena em que o pai ensina a filha, Nieves, a ler. Esta revolta-se ao aprender que C com A pronuncia-se /ka/, C com O, /ko/, etc., enquanto que C com E pronuncia-se /se/, e C com I, /si/. A menina aponta, além disso, para a redundância que isso gera entre C e S. Ao que o pai responde, aproximadamente: "Esto son cosas de los señores gramáticos, allí en Madrid. Non no toca a nosotros decidirlo". É possível que o olhar ou a verticalidade, ou mesmo o aprender a falar uma língua inculquem e estabeleçam uma relação de dominação *de facto*. Parece-me, porém, que é somente através da explicitação dessa relação na linguagem que se estabelece, além disso, a conscientização da mesma, isto é, a percepção de seu "significado".

Sem dúvida, tem razão Blickstein ao sugerir que os "traços ideológicos", carregados de valores positivos ou negativos, que configuram as "isotopias da cultura de uma comunidade" (p. 61), devem provir, de alguma forma, da práxis vital do homem e daquilo que

lhe é útil diferenciar em seu meio ambiente para poder sobreviver. Nesse sentido, é razoável supor também que não há palavras ou traços semânticos 'neutros', ou seja, que toda palavra ou traço semântico carrega consigo um elemento valorativo, ainda que implícito. Osgood, como é bem sabido, procurou demonstrar este fato por meio de seu "diferencial semântico". Entretanto, ele foi mais longe, ao defender a tese de que *toda* a semântica poderia ser caracterizada em termos das três dimensões valorativas básicas por ele identificadas através do diferencial semântico - tese dificilmente defensável (para uma crítica desse e outros aspectos das recentes propostas de Osgood, veja-se Dascal, Borges e Françoze (a sair)). Ao fazer da práxis, determinadora dos "traços ideológicos", também a determinadora de todo o resto, e ao exigir que toda explicitação da linguagem e de outros sistemas cognitivos se reporte finalmente à práxis, Blickstein estaria cometendo o mesmo erro de Osgood, a saber, a redução de um fenômeno complexo como o da significação a apenas um de seus componentes.

É interessante notar, a este respeito, que os "corredores isotópicos" e "estereótipos" apontados por Blickstein correspondem aos 'metaphorical concepts' que, segundo Lakoff, estruturam grande parte de nosso discurso. Aliás, nisso como em muitos outros desenvolvimentos recentes, a tradição anglo-americana vem 'descobrendo' coisas já pensadas e elaboradas há tempo no continente europeu. Entretanto, embora saliente que tais 'metáforas' permeiam a quase totalidade da linguagem, Lakoff não se vê obrigado, por isso, a tomar partido quanto à questão de sua origem social, biológica, ou outra (cf. Lakoff (1985) e Lakoff e Johnson (1980)). É perfeitamente concebível que diferentes estereótipos tenham diferentes origens e motivações, e não há qualquer razão para se fazerem generalizações apressadas a respeito.

Voltando a Kaspar Hauser, para concluir, eu diria que obviamente a Kaspar Hauser lhe falta algo, mesmo depois de passar a viver em Nurembergue. Aparentemente, ele teria 'adquirido' a linguagem.

Logo, o que lhe falta parece ser de natureza não-linguística. Entretanto, o que é que na verdade 'adquiriu' ao adquirir a linguagem: a sintaxe, a semântica, a pragmática? ou talvez apenas alguns desses componentes, e ainda de forma parcial? Talvez, por exemplo, tivesse adquirido partes da sócio-pragmática (princípios do uso comunicativo da linguagem), mas não a psico-pragmática (o uso cognitivo da linguagem). Nesse caso, sua deficiência não seria, efetivamente, "linguística" se entendermos por esse termo a penas o que se refere ao sistema sintático-semântico, embora fosse ainda diretamente relacionada à linguagem. Na ausência da possibilidade de determinar o que ele teria efetivamente adquirido, parece-me impossível concluir o que quer que seja sobre a natureza do que lhe faltava. Infelizmente, o caso Kaspar Hauser, embora possa servir de trampolim para especulações interessantes (que têm, evidentemente, seus problemas próprios), não nos permite ainda, tal qual analisado até o momento, *resolver* o intrincado e a apaixonante problema das relações pensamento/ linguagem/realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLICKSTEIN, I. (1983) *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*. São Paulo: Cultrix.
- BLOCK, N. (org.) (1981) *Imagery*. Cambidge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1984) *Modular Approaches to the Study of Mind*. San Diego State University Press.
- DASCAL, M. (1983) *Pragmatics and the Philosophy of Mind I*. Amsterdam: John Benjamins.

- DASCAL, M., J. B. Neto e E. FRANÇOSO (a sair) Modeling the psycholinguistic mould. *Journal of Pragmatics*.
- HEWES, G.W. (1978) Visual learning, thinking, and communication in human biosocial evolution. In B. S. Randhawa e W. E. Coffman (orgs.) *Visual Learning, Thinking, and Communication*. New York: Academic Press. pp. 1-19.
- LAKOFF, G. (1985) Metaphor, folk theories, and the possibilities of dialogue. In M. Dascal (org.) *Dialogue - an Interdisciplinary Approach*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 59-74.
- LAKOFF, G. e M. JOHNSON (1980) *Metaphors we Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MALINOWSKI, B. (1969) The problem of meaning in primitive languages. In C.K. Ogden e I.A. Richards *The Meaning of Meaning*, 10a. edição. London: Routledge and Kegan Paul, pp. 296-335.
- MARR, D. (1984) Early processing of visual formations. In S. Ullman and W. RICHARDS (orgs.), *Image Understanding*. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation.